



## **A IMPRENSA E OS DESMATAMENTOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA Análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (1975-2002)<sup>1</sup>**

Profa Dra Luciana Miranda Costa<sup>2</sup>

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do CNPq.

### **Resumo**

Este artigo apresenta as principais conclusões de uma pesquisa (PARD/UFPA/CNPq 2006) que analisou o significativo papel da mídia no “boom” ambiental que vem se registrando nos últimos anos. O objetivo principal foi verificar, com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante o período 1975-2002, a partir de suas fontes de informação. O que se constatou foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais, privilegiaram como suas principais “fontes”, os órgãos governamentais. Já a partir do final da década de 80, passaram também a se constituir como fontes, instituições de pesquisa e ONGs. Os agricultores, fazendeiros ou madeireiros apareceram de “forma secundária” nas matérias durante o período, ora como “vilões” ora como “vítimas” do processo de desmatamento e queimadas na Amazônia. A partir da década de 90, consolidaram-se como vozes legitimadas pelo discurso jornalístico para “falar” sobre a Amazônia, as fontes do campo científico e ambiental.

**Palavras-Chave:** Desmatamento; Queimadas; Mídia Impressa; Amazônia; Análise de Discurso

---

1 Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

2 Jornalista formada pela PUC de SP, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NAEA/UFPA), professora e pesquisadora do CNPq. Autora do livro “Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia” (NAEA/UFPA, 2006). A tese de doutorado a que se refere o livro recebeu os prêmios Sober 2005, NAEA 2004 e foi finalista do prêmio Intercom 2005. E-mail: lmiranda@ufpa.br.



## 1. Introdução

Este artigo apresenta as principais conclusões de uma pesquisa (PARD/UFPA/CNPq 2006)<sup>3</sup> que analisou o significativo papel da mídia no “boom” ambiental que vem se registrando nos últimos anos. Os objetivos principais da pesquisa foram: 1. Analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante os últimos 25 anos aproximadamente (1975-2002); e 2. identificar as diversas formações discursivas<sup>4</sup> (política, científica e ambiental) que embasaram o discurso jornalístico através de suas “fontes” de informação.

A base principal de dados foi obtida através de pesquisa atualizada na internet e nos arquivos de artigos de jornais e revistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE – S.J.dos Campos), realizada em setembro de 2003. Tratou-se, desta forma, da seleção, sistematização e análise de aproximadamente 1.300 artigos e/ou reportagens publicados nas principais revistas (Veja, Isto É, Época) e jornais brasileiros (p.ex.: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, o Globo e o Liberal) no período de 1975-2002.

O que se constatou, como este texto pretende demonstrar, foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais, privilegiaram como suas principais “fontes”, os órgãos governamentais. Já a partir do final da década de 80, passaram a se constituir como fontes constantes de informações, instituições de pesquisa e ONGs (organizações não governamentais). Os pequenos agricultores, fazendeiros, índios, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação, apareceram de “forma secundária” nas matérias durante todo o período, ora como “vilões” ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia. A partir da década de 90, consolidam-se como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para “falar” sobre a Amazônia, as fontes do campo<sup>5</sup> científico e ambiental (particularmente as ONGs), além das vozes do campo político.

---

<sup>3</sup> “Amazônia em Chamas: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (1975-2002)” (PARD/UFPA, 2006) e “Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente” (2002-2006) (CNPq, 2006). Coordenação das pesquisas: Profa Dra Luciana M.Costa.

<sup>4</sup> O conceito de formação discursiva, elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem linguística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir linguisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995).

<sup>5</sup> O conceito de campo de Bourdieu remete à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações



### **Referencial Teórico/Metodológico: breves considerações**

As reportagens e artigos referentes à temática dos incêndios florestais na Amazônia (1975-2002) puderam ser analisados através do *discurso* que lhes correspondem, tomando-o como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p. 173). A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido (ARAÚJO, 2000, p. 121). O discurso é a principal arena na qual os diferentes capitais<sup>6</sup> dos agentes, transfigurados em capital simbólico, lutam pelo poder simbólico e pela hegemonia de modos de ver, perceber e definir o mundo, de representá-lo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais através das “marcas” que ele carrega.

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas*<sup>7</sup> elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas<sup>8</sup>. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido.

Fausto Neto enfatiza que as marcas da história presentes em um discurso trazem consigo a dupla constatação de que o sujeito não controla inteiramente seu discurso, uma vez que é lugar de uma ordem de disputas simbólicas que ultrapassa sua

---

objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BOURDIEU, 1998, p. 133).

<sup>6</sup> “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

<sup>7</sup> Convém ressaltar a diferença de enfoque sobre o conceito de formação discursiva sob o prisma da AD (Escola Francesa de Análise de Discurso) e da SDS (Semiologia dos Discursos Sociais), concepção última que embasa este texto. “Do ponto de vista da SDS, o problema com o conceito de formação discursiva, tal como trabalhado pela escola francesa de análise de discurso, é que as condições de produção se referem exclusivamente à instância da produção. Para a SDS, seguindo a trilha aberta por Bakhtin, não existem posições discursivas isoladas de uma proposta de interação, o que equivale dizer que o lugar atribuído ao destinatário é também determinante do aspecto lógico de um texto” (PINTO, 1999 apud CARDOSO, 2001, p. 15).

<sup>8</sup> Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi explicita que as formações discursivas, ao mesmo tempo que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, p.10-11).



consciência; e a de que “todo discurso se constrói à base de outros discursos e todo discurso, embora pertencendo a um campo matricial distinto, tem conexões com outros campos matriciais discursivos” (FAUSTO NETO, 1991 apud ARAÚJO, 2000, p.166).

### ***Causas e efeitos das queimadas e do desmatamento***

As principais causas apontadas pela imprensa para os desmatamentos na Amazônia estão ligadas às políticas governamentais de ocupação humana e econômica da região, que podem ser sintetizadas nas consignas: “Terras sem homens para homens sem terra” e “Ocupar para não entregar”, que marcaram os anos do regime militar no Brasil. Através de incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, muitas empresas do sul do país se instalaram na Amazônia, a maioria, com projetos agropecuários.

As causas apontadas pela imprensa para as queimadas e incêndios florestais são de origem antrópica (acidentais ou propositais), ou seja, as chamadas causas naturais, como relâmpagos ou mesmo a combustão espontânea, são muito raras. Incluem-se no primeiro caso, principalmente, as queimadas utilizadas como instrumento nas atividades agropecuárias, a expansão da fronteira agrícola<sup>9</sup> e, mais recentemente (final da década de 80 em diante), o cultivo da soja. As queimadas para limpeza das áreas, constituem-se uma prática cultural corriqueira e barata para eliminar restos de vegetação visando preparar a terra para o cultivo ou para renovação de pastagens. “De custo baixo, a queimada é a alternativa mais atraente para os agricultores” (Isto É, 09/09/87).

Os incêndios florestais acontecem, principalmente, quando as queimadas fogem ao controle de agricultores e pecuaristas, atingindo áreas de floresta e outras propriedades. Nas matérias jornalísticas, os motivos apontados para este “descontrole” estão ligados ao desconhecimento ou não utilização de técnicas de prevenção (recomendadas por órgãos governamentais ou ONGs) e à expansão da fronteira agrícola, especialmente no caso de grandes propriedades, onde o desmatamento, visando a venda de madeira e a formação de pastos, atinge centenas de hectares de área contínua.

Entre os efeitos do desmatamento e queimadas citados pela imprensa, encontram-se: as doenças respiratórias, o fechamento de aeroportos (“Uma nuvem negra

---

<sup>9</sup> A fronteira designa “espaços onde um processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas. Vista assim, a noção de fronteira não pressupõe inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo ou em bloco, como o sugerido pela expressão



instalou-se sobre Rio Branco há dez dias provocando suspensões diárias de vôos” (Folha de São Paulo, 29/08/91), o efeito estufa, o aquecimento global, os prejuízos financeiros para os proprietários e governos; a erosão e empobrecimento do solo, a perda da biodiversidade, o desaparecimento de espécies e o desequilíbrio ecológico. “Caso o ritmo [das queimadas e incêndios florestais] seja mantido, o homem atravessará a próxima década varrendo uma espécie de vegetal por hora da face do planeta” (Veja, 18/11/82).

Convém também ressaltar, que grande parte das matérias dos jornais caracterizou-se pelo relato factual, noticiando predominantemente a situação circunstancial, sem a presença de informações complementares sobre antecedentes, causas, conseqüências e expectativas geradas pelos desmatamentos e queimadas no país. Os artigos de caráter analítico representaram cerca de 30% das ocorrências e foram encontrados principalmente nas revistas. Trata-se de textos que apresentaram um grau mais elevado de densidade de informação, na medida em que fizeram referência a fatos anteriores ou aos seus processos de origem, além de apontar prováveis conseqüências ou expectativas geradas pelo fato noticiado.

## **2. O período 1975–2002: uma análise por décadas**

### ***A década de 70: colonização e desmatamento***

Durante a década de 70, a ocorrência de matérias sobre a temática desmatamentos e queimadas foi pouco expressiva em relação ao total de matérias analisadas no restante do período, representando menos de 5% do total. No entanto, a partir da análise discursiva do material, foi possível perceber que nesta primeira década, os desmatamentos já eram citados em artigos e matérias que alertavam para a rápida destruição da floresta em decorrência dos projetos de colonização do governo federal e das políticas de investimentos na região, especialmente o incentivo à formação de pastos, sob a tutela da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

“A economia da Amazônia, até pouco tempo, dependia em grande parte do extrativismo, principalmente borracha, castanha, madeiras, sementes oleaginosas, resinas, óleos essenciais e gomas não elásticas. Mas essa economia esta perdendo para a devastação: onde a árvore deve ser derrubada para dar lugar à agricultura ou à pecuária” (O Estado de S.Paulo, 30/09/79, p.35).<sup>10</sup>

---

norte-americana ‘fronteira em movimento’. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente ‘em aberto’, associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (MUSUMECI, 1984, p.5).

<sup>10</sup> Os grifos que se encontrarão nas citações deste texto foram feitos com o objetivo de destacar palavras, categorias ou idéias que aparecem nos periódicos. Além disso, os grifos têm a finalidade de chamar a atenção do leitor para a



As queimadas ainda não se constituíam em tema central das matérias jornalísticas, aparecendo, na maioria dos casos, como assunto complementar a questões como desmatamento, alternativas energéticas, construção de estradas, criação de “florestas de rendimento” e projetos de colonização. Tratou-se, principalmente, de matérias argumentativas, verdadeiras narrativas, nas quais foram encontradas poucas citações. A “voz” explicitada, em boa parte dos casos, era a do próprio repórter.

Na esteira empoeirada dos tratores surgiu um punhado de gente ávida de terra e cheia de esperança. Posseiros, simples invasores e grileiros ocorreram de todos os cantos, principalmente do Brasil Central e do Sul, postando-se à beira da estrada para iniciar uma penetração tímida, mas predatória, onde os desmatamentos sucessivos projetaram no horizonte a triste imagem dos troncos calcinados, espetados na terra morta (O Estado de S.Paulo, 06/02/79).

Nota-se, no trecho acima, que os pequenos agricultores já são apontados como responsáveis pelo desmatamento e queimadas na Amazônia, percebe-se também uma crítica velada (o país encontrava-se em plena ditadura militar) ao governo federal e a política de ocupação da Amazônia. Foi também no final da década de 70 que começaram as primeiras iniciativas visando à mudança na legislação, definindo em 80% a área a ser preservada em propriedades rurais particulares.

As matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p.ex: Folha de São Paulo e Estado de S.Paulo) que viajaram para as áreas de novos assentamentos de colonos. As principais fontes foram, sem sombra de dúvida, órgãos governamentais (especialmente o extinto IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Sudam), seguidos de algumas associações de produtores, criadas em decorrência dos projetos de colonização.

### ***A década de 80: a intensificação do alerta ambiental***

A década de 80 foi marcada por uma intensificação da cobertura jornalística sobre o tema, inclusive, por causa da detecção, por cientistas da Nasa (Agência Espacial Norte-Americana), de nuvens de monóxido de carbono sobre os oceanos Pacífico e Atlântico, na linha do equador. Foi também neste período que pesquisas científicas derrubaram definitivamente o mito da Amazônia como “pulmão do mundo”.

---

construção argumentativa dos próprios veículos impressos sobre os diferentes aspectos da problemática ambiental tratada neste artigo.



A imagem da Amazônia como o pulmão do mundo, uma fábrica verde de ar puro, a alimentar uma civilização poluente, há muitos anos encontra-se ao desamparo das descobertas científicas. Na semana passada, pesquisadores e brasileiros acrescentaram um dado a mais para desconcertar os ecologistas radicais (...). A Amazônia, com os seus cinco milhões de quilômetros quadrados de matas, gera gases tóxicos que espalham-se por regiões vizinhas do Oceano Atlântico (...). (Veja, 12/02/86).

Os destaques foram os anos de 1982, 1985, 1987 e 1988, nos quais o período seco foi bastante acentuado, culminando com a grande incidência de queimadas e incêndios florestais. Este fato motivou os cientistas Alberto Setzer e Marcos Pereira do INPE, a desenvolver, a partir de 1985, uma técnica que permitiu a leitura diária de “focos de calor” através de imagens de satélite.

Satélites detectaram queimadas na região amazônica de até 65 mil quilômetros quadrados. São massas densas de fumaça de 400 quilômetros de largura, que se estendem por 600 quilômetros de extensão sobre a floresta em chamas (...). São os maiores fogueiras da história moderna da humanidade, segundo revelou ontem o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Alberto Setzer, somente comparáveis à erupção dos grandes vulcões do planeta (Jornal do Brasil, 06/02/86).

No entanto, foi no ano da promulgação da nova Constituição brasileira, 1988, que realmente se percebeu uma mudança significativa de atitude em relação ao problema das queimadas e incêndios florestais no Brasil. O número de matérias jornalísticas foi muito maior que nos anos e na década anterior, inclusive em publicações estrangeiras (p.ex.: *The Economist*, *Los Angeles Times*, *The New York Times*).

Com o título ‘Amazônia em chamas’, a revista ‘Time’ desta semana (edição 37) dedica uma página às queimadas na Amazônia, informando que novas imagens de satélite apontam para o desastre total (O Globo, 16/09/88).

Esta mudança se deve, sobretudo, à divulgação, a partir de 1987, das imagens de satélite do Projeto SEQUE do INPE, que contabilizou para a Amazônia Legal, 350 mil focos de queimadas que atingiram 204 mil Km<sup>2</sup> (O Estado de São Paulo 30/08/89). Soma-se a isso, outros temas que foram destaque nos jornais: a criação de reservas extrativistas e florestas nacionais, o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, a controvérsia causada pelos números conflitantes advindos das imagens de diferentes satélites, o debate científico sobre o efeito estufa e o aquecimento global, além dos prejuízos ambientais causados por projetos de mineração, grandes obras públicas (como



as hidrelétricas) e as discussões políticas sobre a suposta “internacionalização da Amazônia”.

Brasília – O maior empresário da colonização particular do Brasil, Ariosto da Riva, proprietário da Indeco S/A – Integração, Desenvolvimento e Colonização, pretende denunciar ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), nos próximos dias, a existência de um movimento, dentro e fora do país, em defesa da internacionalização da Amazônia (Jornal do Brasil, 14/10/88).

Várias medidas governamentais, como o Programa Nossa Natureza<sup>11</sup> do governo federal, foram tomadas a partir desta ampla divulgação midiática e de suas conseqüências (p.ex.: a suspensão de empréstimos internacionais). O destaque foi a mudança de subordinação do IBDF, do Ministério da Agricultura para o Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, que assumiu, então, a coordenação do controle das queimadas no Brasil. Também ganharam notoriedade midiática, a suspensão dos incentivos fiscais e créditos oficiais para projetos agropecuários na Amazônia Legal e Mata Atlântica, através do Programa Nossa Natureza, e a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Nova York – O New York Times afirmou em editorial de ontem que está ocorrendo um calamitoso ciclo de destruição em Rondônia, o estado da região amazônica em que a floresta é mais densa. A tragédia, segundo o jornal, é uma lição para o Brasil e também para os organismos internacionais que financiam projetos cujo desenvolvimento desordenado pode destruir irremediavelmente não apenas o Brasil, mas todo o meio ambiente do planeta (O Estado de São Paulo, 30/08/88).

As queimadas, juntamente com os desmatamentos, ganham destaque nos anos 80, inclusive devido ao fechamento de aeroportos por causa da fumaça durante os meses de verão. A exemplo da década anterior, as matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p.ex: Folha de São Paulo, O Globo, Veja e O Estado de S.Paulo), com um número bem mais significativo de “matérias assinadas”, a maioria delas, marcada por um tom de “alerta ambiental”, como pode ser visto na citação abaixo.

Madeireiros, carvoeiros, pecuaristas, latifundiários, grileiros, posseiros, colonos, peões, ecologistas, atenção: começou mais uma temporada de queimadas na maior floresta do mundo, a da Amazônia, região alvo também do mais intenso processo de devastação do verde do planeta e onde – findo o período anual de destruição das árvores pelo fogo – terá desaparecido uma nova

---

<sup>11</sup> “O ‘Programa Nossa Natureza’ vinculará a exploração econômica dos recursos naturais a projetos de proteção ambiental, repetindo, a nível de financiamentos internos e incentivos fiscais, as exigências ambientalistas feitas ao Brasil pelos organismos internacionais” (O Globo, 12/10/88).



área de matas superior ao Estado de Sergipe (Jornal do Brasil, 03/08/86, João Batista de Freitas).

Como se percebe na citação acima, as madeireiras também passam a ser vistas nas matérias jornalísticas, como as grandes responsáveis pelos desmatamentos na Amazônia, ao lado dos pecuaristas, dos grandes projetos de mineração e dos pequenos agricultores.

“Curioso: as queimadas dos últimos três anos se localizam exatamente nas áreas onde há incentivos fiscais para projetos agropecuários. Diante disso, eles [Bird] chegaram a uma óbvia conclusão: não se trata de uma coincidência, a destruição é proposital” (O Globo, 24/09/88).

A principais fontes do período ainda foram os órgãos governamentais (especialmente o extinto IBDF, Sudam, Ministério da Ciência e Tecnologia - MICT, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério da Aeronáutica, Fundação Nacional do Índio - Funai e INPE), seguidos de algumas exceções, como representantes de madeireiras ou empresas responsáveis por projetos agropecuários na Amazônia. A citação abaixo reproduz a fala do então presidente da Manah S.A.

“São eles trabalhadores do sertão: são eles empresários da produção rural; são eles funcionários de governo da região – são todos eles que estão fazendo o futuro deste grande país, dotado de amplas áreas beneficiadas por Deus com boas chuvas de verão. Eles merecem palavras de conforto, antes de serem tachados de destruidores, de devastadores e de incendiários por pretensos defensores do meio ambiente, ávidos da falsa notoriedade apoiada em sensacionalismo” (Gazeta Mercantil, 21/10/88).

Nota-se acima, a reação do “empreender rural” aos ataques que os ecologistas passaram a fazer, através das páginas dos jornais, contra os projetos governamentais causadores de desmatamento na Amazônia. As organizações não-governamentais (ONGs) ganharam espaço nas páginas das publicações nos anos 80, principalmente as internacionais, com destaque para o Instituto de Estudos da Amazônia (IEA), National Wildlife Federation, Rainforest Alliance de Nova Iorque, Amigos da Terra, SOS Mata Atlântica, WWF (World Wide Life), Greenpeace, Worldwatch Institute e Óikos.

WASHINGTON - Quatro organizações internacionais que defendem a ecologia denunciaram essa semana, no Congresso dos Estados Unidos, que o Projeto Grande Carajás vai devastar a floresta amazônica, com a conivência do Banco Mundial (Bird), que financia o empreendimento. Segundo elas, a mata será transformada em carvão para alimentar as indústrias de ferro gusa e poderá ser arrasada em menos de 20 anos (O Globo, 02/08/87).

Também foram ouvidos, mas como exceções no período: “lavradores”, índios, fazendeiros, trabalhadores e seringueiros. No entanto, as vozes desses agentes sociais eram usadas, via de regra, para ratificar o discurso do próprio jornalista, ou seja, para mostrar que, dependendo do agente, ele era “realmente” responsável pela destruição ou pela preservação da floresta. O primeiro exemplo abaixo, mais comum neste período, refere-se ao primeiro caso. A segunda citação diz respeito ao segundo, e aponta para uma situação conflitiva entre os agentes sociais envolvidos.

Os pequenos estão no fundo, bem no interior. Ou são empregados, como Sidney Mariano, que chegou há um ano e meio com a mulher e dois filhos de Foz do Iguaçu (‘Lá não tinha trabalho’) e por esses dias começou a abrir as terras de seu patrão, nas margens da rodovia. ‘Fazer o aceiro, com quatro homens, durou um mês. Mas queimar foi rápido. A gente corta pedaços de pneu velho e põe numa estaca de forquilha. Bate o Binga (uma marca de isqueiro) neles e o fogo começa. Com ‘quatro pé de fogo’ desses e mais o vento, queimou tudo em uma noite’, explica. Ele descreve a filosofia da boa queimada: ‘Queimada boa é a que zera a terra’ (Jornal O Estado de São Paulo, 11/10/88). [Grifos meus].

(...) revela José Uriá, dos Mantineri-xaminauá: ‘Colônia significa terra muito pequena, ao redor da floresta nacional. Eles dizem que podemos andar pela floresta, mas não é assim. Começam a invadir, penetrando devagar, até tomar tudo o que existe’. (...). Ele avisa que haverá luta: ‘Os índios não vão aceitar a colônia. A gente pode morrer, a gente pode matar, mas nas reservas ninguém entra’” (Jornal O Estado de São Paulo, 14/10/88). [Grifos meus].

Já as instituições de pesquisa passam a ser citadas com mais regularidade na década de 80. É o caso já mencionado do INPE e do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), além da USP, UnB e da Nasa. O discurso científico, portanto, vem respaldar o discurso jornalístico com mais intensidade no que se refere à temática.

### *A década de 90: meio ambiente é destaque*

A década de 90, a exemplo da década de 80, também foi marcada por uma intensa cobertura jornalística sobre o tema. O ponto alto das publicações foram os anos de 1992, 1997 e 1998, em decorrência da realização da Rio 92 e dos períodos de seca provocados pelo fenômeno El Niño<sup>12</sup>, que no caso brasileiro, culminaram com o incêndio florestal em Roraima (cujas repercussões ainda eram sentidas dois anos depois,

---

<sup>12</sup> Segundo o relatório elaborado pelo Cptec-Inpe em 15 de janeiro de 1998, disponível no site <www.cptec.INPE.br>, “o fenômeno El Niño é caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial Oriental. O aquecimento e o subsequente resfriamento num episódio típico de El Niño duram de 12 a 18 meses. O aumento dos fluxos de calor sensível e de vapor d’água da superfície do Oceano Pacífico Equatorial para a atmosfera, sobre as águas quentes, provocam mudanças na circulação atmosférica e na precipitação em escala regional global, que, por sua vez, provocam mudanças nas condições meteorológicas e climáticas em várias partes do mundo” (COSTA R., 2002, p.15).



como aparece na citação abaixo). Este incêndio foi um marco na história do ambientalismo brasileiro devido às medidas governamentais implementadas a partir daí, incluindo-se mais verbas orçamentárias para o Ministério do Meio Ambiente em relação aos anos anteriores.

No ano passado, a seca se repetiu na maior parte do País e a recuperação econômica colocou ainda mais fogo no campo. Este ano, os investimentos agrícolas se mantêm, mas a ocorrência do El Nino agravou a seca, fazendo o número de queimadas aumentar ainda mais (O Estado de São Paulo, 04/10/97).

Na citação acima é possível perceber o atrelamento da questão dos desmatamentos e queimadas às linhas de incentivos fiscais do governo federal (“... a recuperação econômica colocou ainda mais fogo...”). Política característica da década de 70 e início dos anos 80, via Sudam, os financiamentos se mantiveram em relação à agropecuária, embora em menor escala e com outros agentes financiadores. O recuo deveu-se às fortes críticas feitas por diversos seguimentos sociais ao avanço dos desmatamentos, principalmente as ONGs internacionais e universidades. Foi também na década de 90, que após mais de um ano de espera, o Brasil sancionou a Lei de Crimes Ambientais, alvo de muitas críticas, principalmente dos ecologistas.

Ao anunciar (...) o envio ao Congresso, esta semana, de uma nova ‘lei de crimes ambientais’, o governo estabeleceu a direção das mudanças que pretende implementar na atual política. Tais medidas, e sobretudo as confusas justificativas que as acompanharam, revelam que o Estado brasileiro continua imerso em confusão sobre seu papel nessa área (...).(Jornal da Tarde, 17/09/97, fala do representante da ONG “SOS Mata Atlântica”).

Outros subtemas, recorrentes nas matérias jornalísticas, foram: o aumento nas quantidades de gás carbônico no continente latino-americano; os ataques dos insetos em Tucuruí devido ao desequilíbrio ecológico causado pela hidrelétrica; o Projeto Calha Norte; o aumento das queimadas e da fumaça; o Projeto LBA (Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia); a criação do Ministério da Amazônia; o efeito estufa e o aquecimento global. Destacaram-se também nas páginas dos periódicos: a “Operação Amazônia” do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) contra as queimadas; a insuficiência de recursos humanos e financeiros por parte do Ibama; as conseqüências ambientais da atividade garimpeira; a redução das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia (no início da década); o lançamento dos programas Prevfogo e Proarco, na esteira dos efeitos do incêndio de Roraima; e o rechaçamento, por parte do exército, à idéia de transformar as áreas



indígenas brasileiras em “nações independentes” e à proposta dos “capacetes verdes” (da Organização das Nações Unidas) protegerem a Amazônia.

Alertado pelos militares e com assessoria também do Itamaraty, o governo decidiu rechaçar a ajuda externa da ONU porque a proposta tinha embutida a idéia de criar uma força multinacional, apelidada de capacetes verdes. A ONU negou ontem que tenha proposto o envio de militares estrangeiros ao Brasil (Folha de São Paulo, 26/03/98).

O número de matérias jornalísticas foi um pouco maior do que na década anterior, em virtude da ampla cobertura midiática da Rio-92. Pelo mesmo motivo e em decorrência de alguns itens apontados acima (p.ex.: elevadas taxas de desmatamento, projeto LBA), houve uma ampla publicação de matérias sobre a Amazônia em periódicos estrangeiros (p.ex.: *The Economist*, *Los Angeles Times*, *The New York Times*) provocando reações por parte dos órgãos públicos e repercutindo na própria imprensa nacional. Nota-se o uso da palavra “denunciar” na citação abaixo:

Como sempre aconteceu nos desastres que atingiram a Amazônia, o governo só agiu quando a imprensa internacional começou a mostrar as imagens do incêndio e a denunciar a omissão das autoridades (Veja, 01/04/98).

As matérias jornalísticas desta década também acentuaram uma tendência já observada na década anterior: a de, a partir de dados de instituições científicas (particularmente do INPE, INPA e Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do respaldo do Ibama, apontar os pequenos agricultores como co-responsáveis por desmatamentos e queimadas. Observe-se que na citação seguinte, os agricultores são nomeados como “sem-terra”, numa referência ao movimento social organizado de mesmo nome, sem que o então presidente do Ibama faça nenhuma distinção conceitual entre os diversos grupos que trabalham com agricultura familiar no Brasil.

Novo perfil – A grande novidade no estudo do Inpe, além dos números, é a mudança de perfil dos devastadores da Amazônia. Até a década da 80, o desmatamento era feito por grandes empresas, em projetos agropecuários financiados pelo governo, por colonos que migravam do sul do país para os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará. Agora, o fenômeno é outro. (...) A destruição hoje se dá principalmente pelo cultivo de pequenas propriedades familiares na borda da floresta. Isso inclui áreas invadidas pelo sem-terra. (...) ‘Grande parte da responsabilidade da devastação que acontece hoje é dos sem-terra’, afirma o presidente do Ibama, Eduardo Martins (Veja, 04/02/98).

A exemplo das décadas anteriores, as matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do



sudeste do país, p.ex: Folha de São Paulo, O Globo, Veja e O Estado de São Paulo), com uma média de 50% das matérias assinadas (portanto, com um enfoque um pouco mais aprofundado, não se limitando apenas ao factual). Elas também foram marcadas pelo já mencionado tom de “alerta” ambiental. Além dos pequenos agricultores, como “novos” co-responsáveis pelo desmatamento (a partir de dados científicos), as matérias jornalísticas também deram grande destaque às madeiras, com ênfase para “exploração predatória da floresta”.

Brasília (AE) - O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, prometeu ontem “endurecer” com os madeireiros que atuam na Amazônia, afirmando que a grande maioria deles está na ilegalidade (O liberal On-Line, 15/04/1999).

A principais fontes do período ainda foram os órgãos governamentais (Ibama, MMA, Funai, Mirad, SAE, Incra, IBGE, Exército, Itamaraty, Sectam, FEMA, Polícia Federal, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros), seguidos dos institutos de pesquisa e universidades (INPE, INPA, USP, Embrapa), das ONGs (WWF, Ipam, Amigos da Terra, IEA, Ecoforça, Imazon, ISA, Greenpeace ) e dos organismos internacionais (Pnud, FAO, BID, BIRD, ONU, Nasa e Força Aérea da Argentina). Também foram ouvidos, com muito mais frequência que na década de 80, agricultores e seus organismos de representação (p.ex.: GTA, Fetagri), inclusive por conta da referida “co-responsabilidade” pelos altos índices de queimadas na Amazônia.

ONG’s, como o Grupo de Trabalhos Amazônico (GTA), rebateram os dados, assegurando que o percentual de queimadas dos pequenos produtores não passa de 10% do total (O Estado de São Paulo, 30/10/97).

No entanto, as vozes desses agentes sociais, de um modo geral, ainda foram usadas para ratificar o discurso do próprio jornalista, o que serviu para confirmar a referida “co-responsabilidade”. Em outros casos, embora com menor frequência, as matérias mencionavam a necessidade dos agricultores em relação ao uso do fogo em suas atividades. As citações abaixo exemplificam os dois casos.

Era uma área florestal que o pernambucano João Noia, de 52 anos, decidiu transformar em pastagem para oitenta cabeças de gado. “Sou desbravador e não estou aqui brincando com fogo”, diz Noia. “O Ibama pode vir aqui e multar quantas vezes quiser, porque eu queimo mesmo e todo mundo aqui queima. Esse é o nosso meio de vida” (Veja, 08/11/95, p.92).

Belém (AE) - A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) calcula que cerca de 300 mil famílias de agricultores de todo o Estado devem fazer uso das queimadas (...).Segundo o diretor da Fetagri, Genoir



Pilonetto, essas famílias não podem ser impedidas de garantir a própria sobrevivência. (O Liberal On-Line, 08/11/95).

Já as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma das fontes principais dos jornalistas e, inclusive, dos próprios órgãos governamentais. O discurso científico tornou-se a base do discurso jornalístico sobre a temática, em matérias que avançaram em relação ao mero registro do factual. Em menor escala, mas já apontando para sua consolidação a partir do novo século, as ONGs também ganharam mais espaço nas publicações e se tornaram fontes privilegiadas dos jornalistas.

Os pequenos proprietários foram os principais responsáveis pelas queimadas no área do ‘arco do desmatamento’. Segundo o Ipam, as queimadas também foram bem maiores em 1995 do que no ano anterior (O Estado de São Paulo, 13/08/97).

### ***De 2000 a 2002: o novo século e o “olhar verde”***

O período de três anos referentes ao séc.XXI analisados por esta pesquisa<sup>13</sup> mostra a tendência crescente para o tratamento das questões ambientais pela chamada grande imprensa. Embora o número de matérias ainda não seja suficiente para deduzir se haverá um aumento expressivo em relação à década de 90, já é possível inferir que temáticas como “efeito estufa”, “aquecimento global”, “sequestro de carbono”, ao lado dos desmatamentos e queimadas, ocuparão as primeiras páginas de jornais e capas de revistas pelo mundo todo.

Esses três primeiros anos, a exemplo da década de 90, também foram marcados por uma significativa cobertura jornalística sobre o tema, embora 2000 e 2001 tenham sido anos mais chuvosos, portanto, com uma incidência menor de queimadas na Amazônia. O tema dominante, durante os três anos nas matérias publicadas, foram as queimadas, com aumento significativo em 2002. Também foi no início dos anos 2000, que as campanhas de prevenção a incêndios florestais, baseadas na disseminação de informações e treinamentos sobre técnicas de prevenção a queimadas para pequenos agricultores, ganharam mais impulso. Destacam-se nesse período as campanhas da CNA/Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Amigos da Terra, Ipam, GTA/Ibama e Embrapa. A imagem dos agricultores como co-responsáveis pelos desmatamentos e queimadas, desta forma, é tida como um fato pelos órgãos governamentais.

---

<sup>13</sup> A continuação do projeto para o período 2002-2006 foi aprovada pelo CNPq em 2006.

Em 2000, pela primeira vez, o Ministério da Agricultura lançou uma campanha contra as queimadas agrícolas, com sua cartilha de tecnologias alternativas ao uso do fogo, somando esforços ao Ministério do Meio Ambiente, que já vinha intensificando a fiscalização do Ibama (...). E as campanhas governamentais agora começam antes da temporada de queimadas, com cursos e discussões de agendas positivas. As organizações não governamentais (ongs) também se mobilizaram (...). (O Estado de São Paulo, 19/08/01).

Outros subtemas, recorrentes nas matérias jornalísticas, foram: a crítica à prática de corte e queima dos agricultores familiares levando ao desmatamento; o aumento no número de multas por desmatamento irregular aplicadas pelo Ibama; a realização do zoneamento Ecológico-Econômico em Roraima; as críticas ao Programa Avança Brasil do governo federal; o avanço da soja no MT e PA; as altas taxas de desmatamento em 2001; a realização da RIO+10 (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável); e a exploração ilegal de madeira. As acirradas discussões envolvendo ambientalistas, ruralistas e o Governo sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro, também começavam a se intensificar.

A exemplo das três décadas anteriores, as matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p.ex: Folha de São Paulo, O Globo, Veja e O Estado de São Paulo) com mais de 50% das matérias assinadas. Foi observada também, a publicação de matérias sobre a Amazônia em periódicos estrangeiros (p.ex.: *Newsweek* com a capa: *Defending the Amazon: has Brazil finally figured out how to save de rain Forest?*, 28/02/2002).

As principais fontes do período foram, assim como já ocorrido na década de 90, os órgãos governamentais (Ibama, MMA, MDA, CPRM, Ministério de Minas e Energia, Fema, IBGE), seguidos dos institutos de pesquisa e universidades (Univ.de Michigan, Univ.Estadual do Norte Fluminense, UnB, Univ.Fed.de Lavras, USP, MIT, INPE, INPA, Embrapa, *Smithsonian Tropical Research Institute*), das ONGs (ICV, WWF, WHRC, Ipam, Amigos da Terra, Imazon, ISA, Greenpeace ) e dos organismos internacionais (BIRD). Também foram ouvidos agricultores, fazendeiros e seus respectivos órgãos de representação, mas com um espaço muito mais reduzido do que as demais fontes citadas. Consolidam-se, portanto, como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para “falar” sobre a Amazônia, as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as ONGs), além das vozes do já tradicional campo político.



### 3. Conclusões

A análise das matérias jornalísticas veiculadas pelos principais veículos impressos do país e por algumas publicações estrangeiras (p.ex.: *The New York Times* e *Newsweek*), durante o período 1975-2002, tendo como referencial teórico/metodológico a “Semiologia dos Discursos Sociais”, permite resumir algumas conclusões:

- Houve o domínio de matérias jornalísticas descritivas e factuais no material analisado, caracterizadas por um tom de “alerta ambiental”, embora, a partir da década de 80, tenha se observado um número um pouco maior de reportagens que buscavam apresentar as causas, conseqüências e repercussões dos fatos mencionados;
- O fogo e as queimadas foram tratados na imensa maioria das reportagens como fenômeno de características e conseqüências predominantemente negativas, a par de sua importância como instrumento agrícola em muitas localidades na Amazônia;
- Os conhecimentos empíricos acumulados a respeito da utilização e manejo do fogo por pequenos agricultores, índios e ribeirinhos foi pouco mencionado nas reportagens e, quando isto ocorreu, essas técnicas tradicionais foram consideradas “artesaniais” e “rudimentares”;
- Os órgãos governamentais foram a fonte principal das informações em todo o período. Nota-se, no entanto, que já a partir do final da década de 80, também passaram a se constituir como fontes constantes de informações, instituições de pesquisa e ONGs;
- Os pequenos agricultores, fazendeiros, índios, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação apareceram de “forma secundária” nas matérias durante o período, ora como “vilões”, ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia;
- A cobertura do tema nos jornais locais, particularmente o Liberal, não foi regular e esteve bastante atrelada ao acontecimento de eventos especiais (p.ex.: ações do Ibama);
- A cobertura jornalística na década de 70, se caracterizou, em linhas gerais, pelo posicionamento secundário do tema na imprensa. Na época, as queimadas e os incêndios florestais apareciam, na maioria das vezes, como um assunto complementar, em geral associado à questão dos projetos de colonização na Amazônia;



- A questão ambiental ganhou notoriedade na década de 80, com a nova Constituição, e em virtude da posição de destaque que as queimadas e incêndios florestais passaram a ocupar na imprensa brasileira, municiada por imagens e dados de satélites;
- As matérias jornalísticas da década de 90 acentuaram uma tendência já observada na década anterior, a de, a partir de dados de instituições científicas (particularmente do INPE, INPA e IPAM) e do respaldo do Ibama, apontar os pequenos agricultores como co-responsáveis por desmatamentos e queimadas;
- Também na década de 90, as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma das fontes principais dos jornalistas e, inclusive, dos próprios órgãos governamentais. O discurso científico tornou-se a base do discurso jornalístico sobre a temática, em matérias que avançaram em relação ao mero registro do factual. Em menor escala, mas já apontando para sua consolidação a partir do novo século, as ONGs também ganharam mais espaço nas publicações e se tornaram fontes privilegiadas dos jornalistas;
- Nos anos 2000, a partir da tendência registrada na década anterior, já é possível antever que temáticas como “efeito estufa”, “aquecimento global”, “seqüestro de carbono”, ao lado dos desmatamentos e queimadas, ocuparão as primeiras páginas de jornais e capas de revistas por toda a década.

Retomando Foucault, nota-se, portanto, que o discurso jornalístico do período estudado (1975-2002) foi construído a partir de três *formações discursivas* principais: o discurso político, o discurso científico e o discurso ambiental das ONGs. Esta tendência, provavelmente se manterá pelos próximos anos, pois trata-se das vozes detentoras do conhecimento específico sobre o tema. Pode-se antever, no entanto, o acirramento dessa disputa discursiva (já existente, mas ainda muito desigual porque baseada em relações diferenciadas de poder) que envolve também os outros seguimentos sociais: pequenos agricultores, fazendeiros, madeireiras, ribeirinhos e índios. A partir, principalmente, do fortalecimento institucional desses grupos, eles estarão em melhores condições para fazer valer para o restante da sociedade, suas diversas visões e demandas ambientais, ainda não incorporadas de forma efetiva pelo discurso jornalístico.



#### 4. Obras Citadas

- ARAÚJO, I. **A Reversão do Olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico/** Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARDOSO, J. M. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999).** Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura). ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.
- COSTA, L. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- COSTA, R. **Queimadas, mudanças ecológicas e transformações nas atividades Agroextrativistas da fronteira agrícola Amazônica: o ponto de vista dos pequenos produtores de duas localidades na região de Paragominas/PA.** Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA/Embrapa, maio de 2002. Mimeo.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª ed., 1995.
- MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta - Colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.** 2 volumes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Mimeo.
- ORLANDI, E. P. *et al* (Orgs.) **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Protagonistas do/no discurso.** In: **Foco e Pressuposição.** Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.